



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----ATA-----

-----Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis. -----

-----Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão ordinária de vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis; -----

-----2.- Correspondência – Consideração e análise; -----

-----3.- Período de antes da ordem do dia; -----

-----4A.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal: -----

-----4.1.- Discussão e votação dos documentos da Prestação de Contas respeitantes ao Ano Económico de 2015; -----

-----4.2.- Deliberar sobre a assunção de compromissos plurianuais com vista à autorização prévia respeitante a encargos resultantes de refeições e transportes de alunos, no quadro das competências das autarquias locais; -----

-----4.3.- Discutir e votar proposta da Câmara Municipal, cujo conteúdo se refere à construção da Variante à EN 101 e da Variante à EN 205; -----

--- 4 B.- Assuntos propostos pela Assembleia Municipal: discutir e votar proposta da Assembleia Municipal de Vila Verde, conforme deliberação aprovada por unanimidade por parte da Câmara Municipal, para adotar as seguintes deliberações: -----

-----A) Subscrever o conteúdo da proposta da Câmara Municipal no que respeita aos pontos a), b) e c) – parte final da proposta apresentada constante do ponto 4.3. -----

-----B) No que respeita ao ponto d) – parte final da dita proposta, propõe a Mesa que esta Assembleia adote uma deliberação por via da qual este órgão fará sentir junto dos organismos competentes a premência e urgência de ser dado cumprimento à sobredita resolução. -----

-----5.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira; -----

-----6.- Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; -----

-----7.- Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Estiveram presentes na reunião sessenta membros. -----

-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. -----

-----O Plenário decidiu, por unanimidade, relevar a falta de Maria Luísa Gonçalves, do Presidente da Junta da União de Freguesias de Pico de Regalados, Gondiaães e Mós, César Augusto Mota Cerqueira, e do Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado, Paulo Jorge Alves Gomes, à sessão ordinária de vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis. Foi igualmente relevada a ausência dos seguintes deputados municipais na sessão ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis: Luís Loureiro de Castro, João Manuel Lopes Graça, Carlos Fernando Pereira Alves Mendes e Vera Lúcia Martins Morgado. Os vereadores Luís Filipe Silva e Manuela Machado também não puderam estar presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----No primeiro ponto, a ata da sessão ordinária de vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis foi aprovada por unanimidade. -----

-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que rececionou missivas do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, do Primeiro-Ministro, do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, do Grupo Parlamentar do CDS-PP e do Grupo Parlamentar do PCP, do Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, a acusar a receção da moção “Em defesa dos mais desfavorecidos”, apresentada pela bancada municipal do PS na sessão ordinária de vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis. A Mesa recebeu também um ofício do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, na Assembleia da República, com anexo relativo a algumas das propostas de alteração ao Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis, apresentadas pelos respetivos deputados. Do mesmo grupo parlamentar chegaram cópias dos seguintes projetos de resolução: interdição do uso de glifosato e atualização do Programa Nacional de Vacinação. O Presidente da Mesa aludiu ainda à receção de esclarecimento da Câmara Municipal em resposta a requerimento do Deputado Municipal da CDU, Hugo Gonçalves, sobre a recuperação do passivo ambiental das denominadas lagoas dos Carvalhinhos. Uma missiva do Presidente da Associação Museu de Arte Sacra de Pico de Regalados informava sobre a realização do concurso “Rainha da Festa das Colheitas” e respetivo regulamento, cujas cópias estavam disponíveis para os Presidentes de Junta que desejassem ter acesso às mesmas. -----

-----No terceiro ponto - período de antes da ordem do dia -, Hugo Gonçalves, da CDU, apresentou uma moção intitulada “pela reposição das freguesias”, tendo considerado que o processo de agregação/extinção de centenas de freguesias a nível nacional e de freguesias do concelho de Vila Verde, concretizado com a Lei número 11-A/2013, tinha-se inserido num objetivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do Vinte e Cinco de Abril consagrada na Constituição da República Portuguesa. A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa pública, a extinção/agregação das freguesias inserira-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços, eliminando milhares de eleitos autárquicos e acentuando o afastamento entre eleitos e eleitores e as dificuldades na resposta aos problemas das populações. Esta reforma administrativa territorial autárquica não tinha trazido poupança ao Estado, resultando mesmo, em muitas situações, em encargos acrescidos para as freguesias. Uma verdadeira reforma administrativa só podia ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações. Assim, a Assembleia Municipal de Vila Verde deliberava o seguinte: reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo estivesse concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de dois mil e dezassete. O orador da CDU mais solicitava o envio desta moção aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e ao Sr. Primeiro-Ministro.

----- O
Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado manifestou o seu contentamento pela apresentação da moção em apreço, porquanto se tratava de uma matéria que tinha vindo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

a defender em muitos sítios e neste órgão, considerando que a reforma feita foi de secretária, sem que alguém tivesse vindo ao terreno ver aquela que era a realidade das freguesias, as quais eram sempre o parente pobre deste Estado e tinham-no sido do Ministro Miguel Relvas que tinha feito esta reforma atabalhoada. Em Vila Verde não tinha havido a coragem de assumir a posição das freguesias que queriam unir-se e das que o não queriam, o que trazia dificuldades, como, por exemplo, a impossibilidade de uma freguesia como a Vila de Prado, com menos de cinco mil eleitores, de concorrer a fundos comunitários para construir um polidesportivo ou qualquer outro equipamento. Mais preconizou a profissionalização dos presidentes de Junta e a alteração das hierarquias nas autarquias locais, sendo certo que esta temática fazia parte do programa do PS para o mandato governamental em curso. -----

-----Susana Silva, do PSD, conveio que tudo aquilo que tão dificilmente tinha sido feito, na governação anterior, e que havia contribuído para melhorar a situação do país ia agora, como se estava já a ver, ser objeto de mudanças, passando novamente a resumir-se a facilidades, restando saber o impacto das mesmas daqui a três anos. Esta postura parecia ser a mesma no tocante à reforma administrativa, porquanto este assunto tinha sido motivo de muitas reuniões e tinham sido dispensadas muitas horas de análise e de debate por todos os membros do Plenário e de toda a população, tendo sido feito o que se afigurava melhor. Não era só porque agora estava outro partido político no poder que fazia sentido apoiar o teor desta moção. Assim, o PSD ia votar contra a mesma. -----
A moção em apreço foi rejeitada, com trinta e dois votos contra, cinco abstenções e treze votos a favor. -----

-----Hugo Gonçalves apresentou uma saudação ao Primeiro de Maio - Dia Internacional do Trabalhador, na qual referiu que, no dia um de maio de mil oitocentos e oitenta e seis, em Chicago, centenas de milhares de operários tinham iniciado uma luta histórica, fazendo uma greve geral de reivindicação da jornada de oito horas de trabalho, tendo sido impiedosamente reprimidos pelas entidades policiais e patronais, mas o dia um de maio tinha sido declarado como o Dia Internacional do Trabalhador. Celebrar este dia era não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas de todos os trabalhadores em geral e, especialmente, dos trabalhadores portugueses e dos seus representantes. As medidas de austeridade tinham imposto o aumento do empobrecimento, a redução de salários e pensões, o aumento do custo de vida, do desemprego e da precariedade e a fragilização das relações de trabalho, também neste concelho, pondo em causa direitos conquistados e consagrados na Constituição da República Portuguesa. Celebrar o Primeiro de Maio era lutar pela concretização desses direitos e afirmar o direito à dignidade de todos os trabalhadores. Assim, a Assembleia Municipal de Vila Verde saudava todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos; apelava à participação das trabalhadoras, trabalhadores e população em geral nas comemorações e manifestações do Primeiro de Maio. -----

-----Deolinda Pimenta, do PS, interveio para sustentar que, na qualidade de Vilaverdense, se preocupava com a sua terra, sentia alegria quando lhe reconheciam valor, quando a visitavam e se encantavam com a sua gastronomia, as paisagens, a hospitalidade, o artesanato, as tradições a arquitetura e a arte, do mesmo modo que sentia tristeza quando uma consultora especializada na análise e desenvolvimento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

estratégias de Country avaliava o desempenho socioeconómico do concelho de Vila Verde, nas suas dimensões de Negócios(Investimento), Visitar (Turismo) e Viver (Talento), colocando-o num modesto centésimo terceiro lugar num universo de trezentos e oito municípios portugueses. Este estudo - *Portugal City Brand Ranking* - tinha avaliado o impacto das estratégias políticas de urbanismo e de promoção de cada município e identificado as fragilidades e potencialidades dos mesmos, nas áreas supra referidas. Os resultados não só mediam a perceção sobre um município, mas também classificavam o desempenho da sua marca cidade de uma forma tangível e realista, tendo sido realizado por uma consultora credível que colaborava com a Comissão Europeia de Turismo. A mesma oradora solicitou uma opinião do Presidente da Câmara sobre este estudo, dado que, durante toda esta semana, o mesmo tinha dominado a agenda mediática em Vila Verde, pelo facto deste concelho ocupar um lugar de que não se podia orgulhar. Mais questionou que estratégias políticas a Câmara Municipal ia adotar para melhorar o seu desempenho. Deolinda Pimenta solicitou também que o *website* oficial deste município fosse uma fonte relevante de informação para os munícipes, turistas, investidores, futuros moradores ou visitantes e que, no mesmo, se colocasse informação de locais de interesse turístico do município, como o Parque de Campismo de Aboim da Nóbrega, itinerários turísticos, paisagísticos, religiosos, gastronómicos, desportivos, empresariais e sociais, de modo a que se convertesse na mais importante porta de entrada do concelho. Solicitou ainda que o Presidente da Câmara se pronunciasse sobre a organização das festas de Santo António que se avizinhavam, bem atenta a falta de organização na colocação de barracas de produtos variados, em cima dos jardins, nas passadeiras para peões, nos passeios onde as pessoas deviam circular muitas vezes com carrinhos de bebé ou até cadeiras de rodas, no meio das ruas, quando tudo era montado à pressa. Algumas ruas ficavam isoladas e casas ambulantes forradas de plásticos negros ocupavam selvaticamente todos os lugares de estacionamento, incluindo os lugares reservados a pessoas com incapacidade física. Na perspetiva de Deolinda Pimenta, era tempo de acabar com esta falta de sentido estético, de respeito para com os moradores, para com os comerciantes, ou para com aqueles que visitavam Vila Verde. Há muito tempo que as grandes romarias à volta deste concelho se organizavam. A Festa das Cruzes de Barcelos, o S. João de Braga, as Feiras Novas de Ponte do Lima, as Antoninas de Vila Nova de Famalicão e as festas da Agonia de Viana do Castelo eram exemplo de romarias planeadas de forma a valorizar os espaços a que se destinavam os momentos altos da festa. De organização e planeamento também necessitava o trânsito, devendo a autarquia disponibilizar mais estacionamento para que as pessoas e crianças com mobilidade mais reduzida também pudessem visitar Vila Verde. No desvio do trânsito devia ser colocada sinalética adequada para informar devidamente os automobilistas que desconheciam os percursos e receber bem quem visitava Vila Verde.

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Cervães enalteceu o trabalho realizado pelo Eurodeputado José Manuel Fernandes e as suas principais ações, nomeadamente a defesa de Uma Carta Europeia de Riscos para a Orla Costeira, a manutenção de um sistema de quotas leiteiras, a sua nomeação para relator do dossiê sobre gestão de bio resíduos na Europa, a defesa do turismo como importante fonte de receita do futuro, a nomeação para relator da Comissão do Ambiente para a política de coesão e dos orçamentos do Parlamento Europeu para o Fundo de Solidariedade da União Europeia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

a eleição para coordenador do PPE para a Comissão dos Orçamentos e a eleição como deputado europeu do ano nos “Assuntos Económicos e Monetários”, ganhando o “MEP Awards 2016”. Na ótica de Helder Forte, o percurso de José Manuel Fernandes tinha trazido uma nova visão de política local, facultando às novas gerações um acesso e entendimento administrativo mais evoluído e perspicaz. Pelo seu empenho e dedicação, todos os Vilaverdenses reconheciam que estavam representados por uma pessoa do povo e da sua terra num dos maiores centros de decisão política mundial, razão porque o Grupo Parlamentar do PSD propunha que a Assembleia Municipal aprovasse um voto de louvor e reconhecimento ao Eurodeputado José Manuel Fernandes. -----

-----Este voto de louvor foi aprovado por maioria, com cinquenta e cinco votos a favor, zero votos contra e cinco abstenções. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal, em resposta às interpelações da Deputada Municipal Deolinda Pimenta, começou por lembrar que, quando se falava dos meios utilizados para divulgar as potencialidades do Concelho, o PS tinha sido quem os tinha usado erradamente ao longo do tempo, denegrindo a imagem de Vila Verde. Bastava recordar o tempo em que, neste órgão, se tinha debatido profundamente o modo de utilização da página do município e em que o PSD, contrariamente ao PS, sempre defendera que as redes sociais da responsabilidade institucional das instituições e dos órgãos das freguesias e dos municípios deviam servir exclusivamente para divulgar as suas potencialidades, para promover o que de bom elas tinham e não para as denegrir. Se se fizesse uma retrospectiva das publicações da responsabilidade do PS, concluíam-se que as mesmas se tinham limitado a denegrir a imagem de Vila Verde, desconhecendo alguma cujo teor tivesse promovido Vila Verde pela positiva, razão pela qual ficava satisfeito em constatar que o PS estava agora a inverter o rumo e a procurar um caminho novo que o Edil desejava que fosse de promoção construtiva do Concelho, dizendo, finalmente, bem desta terra, embora, ainda há poucos dias, gente do PS houvesse falado de Vila Verde pela negativa. António Vilela advogou que eram bom contar com um PS a dizer bem da sua terra e que aqueles que representavam instituições concelhias também o fizessem. O Edil reiterou que procurava, através das redes sociais, falar bem de Vila Verde, valorizar as suas potencialidades, como as paisagens e a gastronomia que a oradora do PS - e muito bem - salientou, e criar âncoras de atratividade, porque quem verdadeiramente gostava da sua terra não andava a dizer mal dela. Quanto ao invocado ranking dos municípios, o Presidente da Câmara considerou que era necessário distinguir o que era analisado e sob que prisma eram feitas as análises. A posição do município neste ranking nem era boa nem má, os indicadores e análises vindos de fora eram tidos em conta, mas o estabelecimento de médias era sempre muito relativo e o município não ia ser gerido em função das estatísticas, uma vez que as mesmas muitas vezes ignoravam aspetos relevantes, além de que os dados recolhidos eram anteriores a dois mil e quinze. O Edil agradeceu as recomendações de Deolinda Pimenta relativamente às festas de Santo António e frisou que, por muito esforço que fosse feito, não era fácil encontrar situações ideais. Se houvesse pouca gente a vender, dizia-se que o evento tinha ficado aquém das expectativas, se acontecia o inverso, invocava-se a falta de espaço. O Presidente da Câmara apologistou o esforço no sentido de encontrar algum equilíbrio, mas afirmou que era preferível a existência de uma grande dinâmica comercial, mesmo com alguma desorganização. Apesar de todos os esforços que eram feitos no sentido de um controlo eficaz do trânsito, esta tarefa também não se afigurava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

fácil. O processo era dinâmico e as situações eram anualmente avaliadas e definidas estratégias de melhoria. -----

-----No ponto 4.1.- discussão e votação dos documentos da Prestação de Contas respeitantes ao Ano Económico de 2015 - o Presidente da Câmara sustentou que este balanço da atividade desenvolvida visava constatar as realizações positivas e, bem assim, aquilatar os aspetos que tinham corrido menos bem e que se impunha melhorar no exercício seguinte. Na perspetiva do Edil, a planificação da atividade era realizada com o devido tempo e com a melhor ponderação, circunstância que tinha concorrido para o sucesso alcançado. As contas relativas a dois mil e quinze evidenciavam elevados níveis de concretização que em muito tinham beneficiado o concelho de Vila Verde. As contas atestavam um acentuado rigor financeiro e muito elevados índices de execução, a que não era alheia a otimização do aproveitamento dos fundos comunitários. Tinham também sido aprovadas candidaturas de juntas de freguesia, de instituições, empresas e particulares, merecendo realce o facto de o concelho de Vila Verde se encontrar entre os que, no país, mais candidaturas tinha apresentado no setor agrícola e particularmente no âmbito dos jovens agricultores, o que era elucidativo da dinâmica em curso no território concelhio e da sua repercussão em efetivo crescimento e desenvolvimento, assim como dinamização da economia local e promoção de emprego. Em dois mil e quinze, ficou concluído o processo de edificação de todos os equipamentos da rede escolar do município e tinham sido assegurados recursos para requalificar as únicas escolas do Estado que careciam de uma profunda intervenção, as escolas básicas de Prado e de Vila Verde. No plano desportivo relevava também o avultado investimento no arrelvamento sintético de campos de futebol de cinco, de sete e de onze e na construção de pavilhões gimnodesportivos. No domínio do saneamento básico, a entrada em funcionamento dos interceptores e de três ETAR repercutiu-se na melhoria significativa da qualidade das águas dos rios, não se tendo registado qualquer situação de incumprimento nas análises efetuadas, sendo hoje possível constatar a cristalinidade dessas mesmas águas. A eficácia do sistema de recolha de lixo sofreu igualmente elevados progressos, embora importasse apostar ainda mais na sensibilização e consciencialização ambiental da população, pois cerca de quarenta por cento do lixo orgânico podia ser convertido em materiais para reciclagem, se as pessoas trabalhassem mais nesse sentido, o que se ia refletir numa importante economia de recursos do município, na valorização da entidade que realizava o serviço de reciclagem – a Braval – e no cumprimento das metas europeias a este nível. Importava também que as pessoas colocassem o lixo nos horários certos ou procedessem à utilização dos contentores subterrâneos. No tocante ao lazer, relevavam a construção de duas piscinas ao ar livre e intervenções de requalificação nas praias fluviais. Mais destacou as medidas de apoio ao investimento e às famílias, assim como a dinâmica cultural e as obras de regeneração urbanística, nomeadamente na Vila de Prado. O edil recordou que o município tinha vários websites abertos à participação das pessoas, sendo que a loja interativa de turismo funcionava em rede na divulgação e promoção das mais-valias do território concelhio. Quanto à situação financeira, os empréstimos de médio e longo prazo, em dois mil e treze, cifravam-se em vinte e dois milhões trezentos e cinquenta e nove mil euros; em dois mil e catorze tinham baixado para vinte milhões cento e noventa e quatro mil euros e, em dois mil e quinze, desceram para dezanove milhões quinhentos e cinco mil euros, incluindo um milhão setecentos e oitenta e um mil euros transferidos da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Proviver. O passivo total passara de vinte e cinco milhões trezentos e oitenta e quatro mil euros, em dois mil e treze, para vinte e quatro milhões seiscentos e oitenta mil euros, em dois mil e catorze, e para vinte e dois milhões cento e noventa e sete mil euros, em dois mil e quinze. No valor do passivo tinham sido incorporados dez milhões de euros de depreciações e amortizações do exercício. Em dois mil e treze, o Município tinha um excesso de endividamento de um milhão oitocentos e quarenta e um mil euros; em dois mil e catorze já tinha uma margem positiva de endividamento de um milhão novecentos e quarenta e três mil euros e, em dois mil e quinze, essa margem positiva de endividamento tinha subido para sete milhões seiscentos e trinta e sete mil euros. Os pagamentos a fornecedores, em dois mil e treze, tinham feitos num prazo médio de cento e dezassete dias; em dois mil e catorze este prazo descera para trinta e um dias e, em dois mil e quinze, quedara-se pelos vinte e um dias. Neste último ano, o grau de execução do orçamento, do lado da receita, quase atingira os noventa e quatro por cento, enquanto a despesa tinha ascendido a noventa e dois vírgula zero quatro por cento. A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos tinha chegado aos noventa e três vírgula catorze por cento. Estes números espelhavam o rigor da política financeira municipal e uma grande capacidade de execução da programação efetuada, apesar das múltiplas reduções em taxas que tinham reforçado a atratividade do território em detrimento das receitas municipais. -----

-----Hugo Gonçalves considerou que, em face das alterações governamentais, dois mil e dezasseis podia vir a ser ainda melhor. Dois mil e quinze tinha sido mais um ano em que a Câmara vinha acumulando prejuízos; mais três vírgula seis milhões de euros de prejuízos, com uma dívida a ascender aos vinte e três milhões de euros, o que os preocupava seriamente porque já tinham percebido que não era desta forma que havia uma reversão. O orador da CDU conveio que não ia entrar em análises financeiras porque os dados dos últimos anos falavam por si, com mais ou menos variação. Tinha-se passado mais um ano e persistiam uma série de problemas sem resposta: no ensino, apesar da construção/requalificação de boas infraestruturas, tinha-se apostado na concentração em mega agrupamentos, contribuindo para uma ainda maior desertificação do concelho; continuava por concretizar a extensão do ensino secundário no sul do concelho; o desemprego na juventude do concelho era preocupante (mais de quarenta por cento em idade até aos trinta e cinco anos – dados de dezembro de dois mil e quinze; o que consubstanciava um aumento de três por cento face a dezembro de dois mil e catorze); na saúde, a ausência de Serviço Nacional de Saúde vinte e quatro horas/dia, aos sábados, domingos e feriados; na habitação, a ausência de uma política municipal de habitação social e de apoio ao arrendamento; a formação profissional sob a batuta dos privados; no ambiente, a vergonha de um dos maiores atentados ambientais no Norte do país - as Lagoas dos Carvalinhos; na cultura, pouco mais do que a política das festas. O documento suscitava algumas reservas, motivo pelo qual a CDU se ia abster no momento da votação. -----

-----Conceição Alves, do PS, começou por reparar que o Presidente da Câmara não tinha usado da palavra com a concisão que se exigia, tendo beneficiado de mais tempo do que as diferentes bancadas para explicitar o documento em apreço. Reportando-se à aprovação deste documento, por maioria, e às correspondentes declarações de voto, em sede de Executivo Municipal, a oradora do PS conveio que tinha ficado com a percepção de que as mesmas não se referiam ao mesmo documento, tais eram as discrepâncias. Na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

proposta, tina deparado com uma série de incongruências que tinham sido uma constante ao longo de toda a análise do documento. Dizia-se que o ano em causa tinha sido elucidativo da boa capacidade de gestão, da vontade de realizar e de atender às necessidades das pessoas, prescrevendo-se um leque de vetores de desenvolvimento estrutural passíveis de serem questionados, nomeadamente a promoção das potencialidades naturais e humanas do concelho, o desenvolvimento sustentável do território, preservação do equilíbrio ambiental e equilíbrio das contas municipais, reveladores de alguma bondade, mas insuficientes para o desenvolvimento de uma economia moderna e sustentável. Existia um aproveitamento de recursos, designadamente no que concernia aos produtos aliados aos Lenços de Namorados, mas os mesmos começavam a ser explorados em larga escala por empresas que não estavam sediadas no Concelho, deturpando a matriz do produto que deixava de ser artesanato e dava lugar a um produto industrial. Nas página seis do relatório de gestão, o documento contradizia-se ao admitir que a economia local estava fortemente influenciada pela economia nacional e internacional, determinante da escassez de recursos. Conceição Alves perguntou se a saúde financeira era excelente ou se havia constrangimentos. O grau de excelência era o máximo na tabela da avaliação e a sua atribuição prendia-se com o entendimento de que tudo tinha sido executado sem falhas, não podendo suscitar as dúvidas com que a oradora do PS tinha deparado. O grau de consecução dos objetivos ao nível do saneamento e do abastecimento público de água tinha ficado muito aquém do necessário para satisfazer as necessidades globais dos Vilaverdenses. No capítulo da educação, reconhecia que muito trabalho tinha sido feito, mas a afirmação de que este ano era histórico com a integral concretização da rede de equipamentos escolares da carta educativa parecia-lhe exagerada, sendo que este sector exigia as maiores cautelas, porquanto, num passado muito próximo, se tinha assistido ao encerramento de edifícios novos ou restaurados, por falta de planeamento, com elevados prejuízos para o Município e grande sofrimento para a população e as respetivas terras. Assistia-se agora a um decréscimo da natalidade e, entre dois mil e onze e dois mil e dezasseis, tinha havido uma redução de quatrocentos e quatro alunos matriculados no primeiro ciclo. A cultura era uma alavanca do desenvolvimento local, sendo motivo de agrado para Conceição Alves que o documento em apreço apresentasse os seguintes projetos nesta rubrica: Museu do Linho, Casa do Brinquedo e da Brincadeira, Centro Interpretativo do Património Cultural de Vila Verde e Centro de Dinamização Artesanal. Mas quis saber porque não era referenciada a Adere-Minho, instalada em Soutelo e única entidade certificadora dos Lenços de Namorados, representativa de um importante projeto de dinamização artesanal da região. A política ativa do emprego tinha sido uma aposta do Município, utilizando estratégias integradoras, visando a empregabilidade, embora os resultados finais não tivessem correspondido às expectativas, pela baixa oferta de emprego face à procura, tendo o próprio Município reduzido o número de trabalhadores, entre dois mil e catorze e dois mil e quinze, de trezentos e setenta e oito para trezentos e sessenta e oito. O documento referia que a agricultura e a silvicultura geravam um importante produto para a economia local e regional e assegurava o sustento a muitas famílias vilaverdenses, mas o esforço do Município também não tinha sido perceptível neste setor, tendo a dotação orçamental sido de sete mil e duzentos euros, com uma execução de zero pontos percentuais. Relativamente ao sector dos jardins e dos espaços verdes, a mesma oradora deixou o seu reconhecimento os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

presidente de junta de freguesia e/ou de união de freguesias que, no âmbito dos acordos de execução, contribuíram em larga escala para a melhoria ambiental, procedendo a uma manutenção periódica, tornando, assim, as freguesias mais atrativas, embora as várias rotundas concelhias estivessem votadas ao abandono e constituíssem uma péssima carta de visita para quem passava em Vila Verde e em nada dignificavam o concelho. Na identificação dos recursos humanos constava a Mesa Assembleia Municipal eleita para o quadriénio em curso, sem as alterações entretanto ocorridas. De entre as várias entidades participadas surgia a Pro Vila Verde que, admissivelmente, nada tinha a ver com a Proviver, cuja sede era em Vila Verde; de acordo com o mapa, tinha resultados negativos e, até à data do encerramento da Prestação de Contas, não tinha criado os valores definitivos referentes ao exercício de dois mil e quinze, o que levou Conceição Alves a questionar se esta situação era motivo de alarme ou, ao invés, se afigurava explicável. Em termos técnicos, o documento em análise não suscitava qualquer reparo, emergindo apenas algumas lacunas de reduzida relevância, o que provava que este Município contava com um quadro de funcionários da mais elevada competência, mas era imperioso relevar os números que retratavam uma gestão negativa. A dívida era elevadíssima, ainda que respeitasse as exigências da Lei, revelando-se desproporcional à atividade do Município, fruto de uma gestão desastrosa desde a tomada de posse do PSD a esta parte. A austeridade e os consequentes constrangimentos travava o progresso e o crescimento, sendo que as autarquias que, como esta, permitiam que a dívida estivesse no limite do endividamento legalmente permitido, não mereciam a confiança da bancada socialista. Os eleitos locais eram obrigados a conhecer as regras e saber que os dinheiros públicos deviam ser geridos com o mesmo rigor com que cada um deve gerir o seu património pessoal e, mesmo em situação de equilíbrio financeiro, de acordo com as regras estabelecidas, qualquer acontecimento imprevisível podia influenciar as contas e alterar os dados, como era o caso das exigências, à autarquia, no âmbito de processos judiciais em curso, de indemnizações que ascendiam a um milhão seiscentos e noventa e um mil setecentos e quarenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos. Na eventualidade de o Executivo perder os processos e se ver obrigado a pagar este montante, podia ver-se impossibilitado de cumprir o estipulado em matéria de limite de endividamento. A dívida total era de cerca de vinte e três milhões de euros, implicando encargos anuais na ordem do meio milhão de euros, urgindo mudar de rumo, pois não era aceitável que esta pequena autarquia continuasse a alimentar o monstro da dívida. As dívidas a terceiros eram enormes e só à Proviver S.A., conforme constava no mapa de caracterização da dívida, a Câmara devia novecentos e oitenta e nove mil euros, embora em informações diversas o valor se situasse nos setecentos e oitenta e oito mil novecentos e trinta e quatro euros e oitenta cêntimos. Se havia vontade política de mudança, devia-se controlar a despesa pública sem aumentar a carga fiscal, investindo no essencial e reduzindo no supérfluo, humanizando a política e dando aos Vilaverdenses uma mensagem de esperança. Porque ainda havia muito a fazer, mas algo tinha vindo a ser feito, a bancada do PS ia abster-se na votação deste ponto. -----
-----Susana Silva, do PSD, sustentou que, em termos globais, o documento em apreço era o rosto do bom trabalho realizado em dois mil e quinze. Relativamente ao estudo aludido em intervenção anterior, a oradora referiu que o mesmo avaliava três indicadores, desconhecia-se os critérios que subjaziam aos mesmos, tinha o valor que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

tinha, mas, mesmo assim, Vila Verde estava em trigésimo quinto nos oitenta e seis concelhos do norte de Portugal, à frente de todas as vilas vizinhas. Susana Silva lembrou que se viviam tempos difíceis, com elevados constrangimentos económico-financeiros e importava que as bancadas deste Plenário não esquecessem anos não tão próximos, nomeadamente entre dois mil e nove e dois mil e onze, em que o desgoverno tinha levado o país à atual situação, em vez de atribuírem tudo à Câmara Municipal de Vila Verde. Na ótica da bancada social-democrata, o Executivo Municipal implementou medidas de reforço da coesão social, aumentou a atratividade do território concelhio, sem prejuízo da sustentabilidade e do equilíbrio financeiro. A mesma oradora salientou o rigor do documento técnico em apreciação, a elevada taxa de execução orçamental da receita (noventa e quatro por cento) e da despesa (noventa e dois por cento). A dívida e médio e longo prazo tivera uma redução satisfatória, o prazo de pagamento a fornecedores situava-se em vinte e um dias, o que era positivo para a saúde financeira das empresas e concorria para a manutenção e criação de emprego. O acréscimo de receita também contribuía para o equilíbrio financeiro. Merecia destaque o investimento feito nos equipamentos escolares e a bancada do PSD, ao contrário das demais bancadas, orgulhava-se das escolas, do trabalho dos professores e da qualidade do ensino ministrado em Vila Verde. Na ação social, para além do grande investimento em iniciativas em matéria de procura de emprego, relevavam as isenções de taxas que beneficiavam as famílias mais carenciadas. A cultura e o desporto eram uma referência e permitiam o aproveitamento dos recursos naturais. Aquilo que alguns apelidavam de festas eram antes iniciativas determinantes para o desenvolvimento do Concelho, sendo de evidenciar o Mês do Romance, a Gala Namorar Portugal, a Rota das Colheitas, as festas de Santo António e a atividade do Centro de Dinamização Artesanal que ajudavam a preservar tradições, a alavancar a economia local e a incrementar o emprego. A aposta no turismo era estratégica e estavam a ser desenvolvidos esforços para atenuar o problema da sazonalidade. A entrada em funcionamento dos intercetores e das ETAR e o alargamento da rede de tratamento de águas residuais impulsionaram o setor do saneamento básico. Susana Silva relevou a assinatura do contrato que ia permitir levar o abastecimento público de água a Dossãos e que era o resultado do esforço comum de vários parceiros, entre os quais a Junta de Freguesia, a população local e o Município. Eram ainda dignos de relevo a aproximação dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas, agilizando e desburocratizando procedimentos, assim como o estabelecimento de parcerias que envolviam IPSS, associações, agrupamentos de escolas, empresas e juntas de freguesia, estas últimas protagonizando um trabalho ímpar. Impunha-se que todos contribuíssem para o desenvolvimento do Concelho, em vez de passarem a vida a levantar falsas questões e a patentear um autismo que em nada favorecia a democracia e muito menos o município. Era inequívoco que o Executivo tinha desenvolvido ações e concretizado obras com visão de futuro. Esta gestão estratégica e alicerçada num cuidado e consequente planeamento justificava o voto favorável da bancada do PSD. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal interveio para informar que o Conselho Municipal de Juventude tinha reunido no dia anterior e tinha realizado uma apreciação favorável dos documentos da Prestação de Contas respeitantes a dois mil e quinze. -----

-----O ponto 4.1. foi aprovado por maioria, com quarenta e sete votos a favor, zero votos contra e treze abstenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----Na apresentação do ponto 4.2. - deliberar sobre a assunção de compromissos plurianuais com vista à autorização prévia respeitante a encargos resultantes de refeições e transportes de alunos, no quadro das competências das autarquias locais -, Ana Cristina Oliveira, do PS, considerou que a qualidade da alimentação era um fator central do desenvolvimento das crianças, razão pela qual a mesma devia ser monitorizada, não só no dia a dia mas também mediante a aplicação, por entidade externa, de um questionário de satisfação anual. Acreditava que o Município estava a ser exigente com os prestadores do serviço de refeições, mas nunca era demais frisar a importância da alimentação para o equilibrado e saudável desenvolvimento psicofisiológico das crianças. -----

-----João Pedro Cerqueira, do PSD, advogou que o Município de Vila Verde tinha tentado melhorar o serviço prestado à população escolar, na medida em que os refeitórios escolares eram espaços privilegiados de educação para a saúde, fornecendo refeições equilibradas, saudáveis e seguras a todos os alunos e combatendo o problema da obesidade. O investimento numa boa alimentação gerava bons resultados escolares, as ementas eram programadas de acordo com a legislação em vigor e o funcionamento dos refeitórios oferecia todas as garantias de boas condições higiénico-sanitárias dos alimentos. Esta análise fora realizada com o contributo de coordenadores, alunos e pais, sendo que a grande maioria das pessoas, mais de noventa por cento, quando questionada sobre a qualidade das refeições, respondia bom ou muito bom. Assim, o grupo municipal do PSD ia votar este ponto favoravelmente. -----

-----O ponto 4.2. foi aprovado por maioria, com cinquenta e nove votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. -----

-----O Presidente da Junta da Vila de Prado, em declaração de voto, referiu que faltava conhecer a amostra, qual o teor e quais os critérios do questionário aplicado e se as empresas que forneciam as refeições tinham a necessária certificação. -----

-----No ponto 4.3. - discutir e votar proposta da Câmara Municipal, cujo conteúdo se refere à construção da Variante à EN 101 e da Variante à EN 205 -, o Presidente da Câmara começou por admitir que este era um assunto recorrente e que o Plenário já se havia pronunciado sobre o mesmo, mas nunca era demais alertar os sucessivos governos da necessidade destas infraestruturas para Vila Verde. No tocante à Variante à EN 101, estava em causa o desenvolvimento da zona norte do Concelho, sobretudo as áreas industriais de Gême, Pico de Regalados, Gondiaes e Mós, assim como a zona industrial de Coucieiro, além de concorrer para a fixação da população e assegurar a fluidez do trânsito na sede concelhia. Relativamente à Variante à ER 205, na zona da Vila de Prado, visava-se a construção de uma ligação direta à área industrial de Oleiros, Cabanelas e Cervães. Era ainda defendida a criação de um nó de ligação à autoestrada, na freguesia da Lama, Barcelos. O grande objetivo era dotar Vila Verde de infraestruturas rodoviárias de elevada qualidade e proximidade, enquanto fatores de atração de investimento e de desenvolvimento. Na perspetiva do Edil, esta devia ser uma luta de todos os membros do Plenário, porque estavam em causa os superiores interesses de Vila Verde, e garantiu que sempre tinha lutado por este objetivo, independentemente do partido político que se encontrava no Governo, embora entendesse que a responsabilidade pela não concretização destas infraestruturas era maior daqueles que mais tempo tinham governado. Ademais, em momentos em que estavam a ser feitos investimentos, estas infraestruturas tinham ficado para trás.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Entretanto, o investimento tinha conhecido uma retração e estas obras não tinha avançado, mas havia já um compromisso de inclusão destas infraestruturas num plano de vias de proximidade, pretendendo-se agora fazer força para que tal acontecesse. O Presidente da Câmara apelou, assim, à união de todos em torno deste objetivo. O Presidente da Câmara garantiu que ia lutar por esta causa, independentemente de quem estivesse a governar o país, embora tivesse também defendido que a atual coligação tinha responsabilidades acrescidas, porquanto todos os anos recebera uma informação da CDU e de outras forças políticas, revelando que tinham solicitado a inclusão da variante a Vila Verde nos planos do Governo. António Vilela esperava que a CDU continuasse com esta postura, exigindo que a variante entrasse nos investimentos estratégicos do Governo. -----

-----Hugo Gonçalves começou por tranquilizar o Presidente da Câmara assegurando-lhe que a CDU se ia manter coerente na defesa dos interesses de Vila Verde e apresentou uma proposta sobre a construção da variante à EN101, bem como da variante à ER205, obras reconhecidas como fundamentais, para o descongestionamento do trânsito, para a atratividade territorial e empresarial e para ajudar a prevenir a desertificação rural. No entanto, no caso da variante à EN101, existiam responsáveis, também locais, pela situação atual. O PCP desde há muito tempo que tinha tentado incluir esta obra em PIDDAC, através do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República, sempre com os votos contra dos restantes partidos. Há mais de uma década que este problema podia estar resolvido, mas os deputados eleitos na Assembleia da República, incluindo os das outras forças políticas eleitos pelo distrito, tinham-se decido pela não inclusão desta obra em PIDDAC e a Câmara Municipal (à data) também achava que não era relevante existirem obras inscritas em PIDDAC, preocupando-se com outros expedientes cujos resultados eram nulos. Assistia-se, por exemplo, à degradação da EN 101. No dizer do mesmo orador da CDU, promessas e anúncios de planos de beneficiação tinham levado o Presidente da Câmara, em dezembro de dois e catorze, a afirmar que a beneficiação já estava agendada para dois mil e quinze, mas, à parte estas considerações, saudava esta proposta apresentada pelo mesmo Edil e congratulava-se com o facto de a mesma ter sido aprovada por unanimidade pelo Executivo Municipal com o intuito de a remeter a várias instituições, incluindo os Grupos Parlamentares na Assembleia da República, manifestando o *“sentimento de urgência para que o concelho não seja mais uma vez esquecido”*, como tinha sido nos últimos anos. Saudava a urgência repentina, solicitando reunião com o Primeiro-Ministro e com o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas. Saudava ainda a iniciativa do Presidente da Câmara em remeter a proposta a esta Assembleia para reforçar a necessidade destes projetos, o que denotava, agora, uma grande preocupação em envolver os cidadãos vilaverdenses. Face ao exposto, a CDU ia votar favoravelmente a proposta em apreço. -----

-----Júlio Zamith Rosas, do PS, reconheceu que o concelho de Vila Verde se tinha debatido, há vários anos, pela construção de uma variante à EN 101 e da variante à ER 205. Um estudo do ex-INIR, de dois mil e onze, considerava a intervenção na 101 prioritária, incluindo-a ao nível de serviço D e, em alguns sítios, considerava-a serviço E, quando o Plano Rodoviário Nacional elegia o nível C como nível de serviço mínimo para as EN. Nesse mesmo estudo, no território abrangido pelo projeto da variante (sete mil e setecentos metros), a rentabilidade económica apresentava um VAL económico positivo e uma TIR (Taxa Interna de Rentabilidade) superior a um, sendo que o rácio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

benefício/custo também se revelava positivo e o tráfego era superior a vinte mil veículos de média diária, cumprindo assim todos os critérios para que a obra fosse considerada absolutamente prioritária. Depois de vários anos de governo PSD, a obra tinha sido sucessivamente adiada e até tinha deixado de ser prioritária, a exemplo do que também tinha sucedido com a variante à ER 205, estranhando que o Presidente da Câmara viesse agora apresentar, de forma desgarrada, esta proposta que visava unicamente tomar uma posição política para criar notícias, já que este assunto e a sua importância para Vila Verde eram sobejamente conhecidos do Governo fruto do trabalho dos membros do PS de Vila Verde. Poucos dias depois do atual Governo entrar em funções, os eleitos locais do PS de Vila Verde tinham feito chegar uma extensa exposição sobre as variantes à EN 101 e à ER 205 a todas as entidades a que o Presidente da Câmara, agora, seis meses volvidos, se tinha lembrado de recorrer. Eram estas posições desgarradas que punham a nu as fragilidades de quem geria os destinos de Vila Verde, ficando ainda a certeza de que o Executivo de Vila Verde, até hoje, nada tinha feito para que as infraestruturas em questão fossem uma realidade, além de colocar os técnicos municipais a redigir o texto em apreço. Por este andar, ainda se ia assistir a eleitos do PSD a exigirem em público mais investimentos, por exemplo, nos quartéis da PSP e da GNR do distrito. A proposta vinha tarde e o Governo já estava sensibilizado para o problema, mas, porque se tratava de obras emblemáticas que iam servir zonas empresariais e potenciar a criação de emprego, este contributo era bem-vindo e merecia a concordância da bancada do PS. A concretizarem-se, estes projetos iam ficar associados aos trabalho e vontade política do atual Governo e dos eleitos do PS de Vila Verde e nunca a atos isolados do Executivo do PSD. Júlio Rosas desafiou os eleitos do PSD de Vila Verde a apresentarem uma proposta idêntica relativamente às competências do Tribunal de Vila Verde que o anterior Governo tinha feito questão de retirar a Vila Verde. -----

-----Filipe Lopes, do PSD relevou todos os esforços efetuados pelo Município de Vila Verde junto das entidades competentes, tentando consciencializar e demonstrar a necessidade crucial da execução das variantes à EN 101 e ER 205 para o desenvolvimento do Concelho e da região e analisando os estudos técnicos do Governo e do Município que apontavam como obras extremamente necessários e prioritárias para o desenvolvimento de Vila Verde. Mais considerou que a acessibilidade ao Concelho se fazia por vias congestionadas, com uma circulação de mais de vinte mil veículos por dia, o que provocava graves constrangimentos na circulação de automóveis ligeiros, coletivos de passageiros e pesados que eram obrigados a atravessar os centros urbanos de Vila Verde e da Vila de Prado. O concelho de Vila Verde encontrava-se num processo de desenvolvimento que exigia novos e melhores acessos rodoviários, sendo necessário proceder, urgentemente, à construção destas variantes, dado que as mesmas eram cruciais para incrementar a atratividade territorial e empresarial de Vila Verde, aspirando a mais altos níveis de desenvolvimento económico e social, única via de criação de emprego e de fixação da população. Fazendo uma análise dos últimos vinte anos de governação de Portugal, António Guterres, do PS, governou entre mil novecentos e noventa e cinco e dois mil e dois; Durão Barroso e Paulo Portas, do PSD e CDS, repetivamente, governaram entre dois mil e dois e dois mil e quatro; José Sócrates, do PS, governou entre dois mil e cinco e dois mil e onze; Passos Coelho e Paulo Portas, do PSD e CDS, respetivamente, governaram entre dois mil e onze e dois mil e quinze; atualmente governava António Costa do PS. As contas eram fáceis de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

fazer. Desde mil e novecentos e noventa e cinco, o PS tinha governado durante treze anos, contra apenas sete anos de governação da coligação PSD/CDS. Desta forma, caía por terra o show-off do PS de Vila Verde que, na reunião da Câmara Municipal, na imprensa e junto dos Vilaverdenses, acusava o PSD de Vila Verde e o PSD nacional da não execução destas obras. No entanto e como, normalmente, tinham memória curta, tinham-se esquecido dos treze anos que tinham estado no Governo, em que nada haviam feito para a execução das mesmas. -----

-----O ponto 4.3. foi aprovado por unanimidade. -----

-----O Presidente da Mesa recordou que a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta que tinha sido dada a conhecer ao Plenário, sendo que uma das quatro alíneas finais se reportava à necessidade da Assembleia Municipal, de per si, tomar uma iniciativa sobre o assunto em causa. Assim, a Mesa propôs a introdução de um novo ponto na ordem de trabalhos. Os pontos anteriores – 4.1., 4.2. e 4.3. passavam a integrar o ponto 4 A dos assuntos propostos pela câmara Municipal. Este novo ponto passava a ser o ponto 4 B, dos assuntos propostos pela Assembleia Municipal, com o seguinte teor: Discutir e votar proposta da Assembleia Municipal de Vila Verde, conforme deliberação aprovada por unanimidade por parte da Câmara Municipal, para adotar as seguintes deliberações: A) Subscrever o conteúdo da proposta da Câmara Municipal no que respeita aos pontos a), b) e c) – parte final da proposta apresentada constante do ponto 4.3. B) No que respeita ao ponto d) – parte final da dita proposta, propõe a Mesa que esta Assembleia adote uma deliberação por via da qual este órgão fará sentir junto dos organismos competentes a premência e urgência de ser dado cumprimento à sobredita resolução. -----

-----A introdução do ponto 4 B na ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade.

-----O ponto 4 B foi aprovado por unanimidade. -----

-----No ponto 5. - apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira - não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

-----No ponto 6.- período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias -, o Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado recordou que, há cerca de uma ano, tinha sido aprovada uma moção por si apresentada acerca da existência de amianto na Escola Básica de Prado, altura em que o próprio então Presidente da Assembleia Municipal, João Manuel Lobo de Araújo, tinha corroborado esta preocupação, tendo até afirmado que, além do amianto, era igualmente preocupante o problema das nano partículas. À mesma moção tinham sido anexados seis documentos, como fotos, parecer da Direção-Geral de Saúde, notícia da DECO, parecer técnico do Engo. Francisco Gouveia, parecer do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge IP, departamento de Saúde Ambiental. A moção chamava a atenção pública, institucional e política, para a absoluta necessidade de se agilizar com urgência a remoção e substituição das placas, de modo a ser enviada ao Ministério da Educação e à DGESTE Norte, para que, com celeridade, mandassem resolver o problema. Assim, o mesmo Edil, solicitou ao Presidente da Mesa que o informasse acerca da data do envio da moção em causa às referidas entidades e se tinha havido resposta da parte das mesmas. Solicitou também ao Presidente da Câmara que o informasse sobre o que fez, até hoje, sobre esta matéria e qual o procedimento a tomar, não chegando dizer que ia fazer. Pretendia-se que adiantasse prazo em concreto, pois,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

pelo que sabia, à margem institucional, o Presidente da Câmara tinha estado no local com técnicos do Município, porque tinha havido um acidente com uma aluna, provocado pela queda de uma dessas placas. O mesmo Presidente da Junta quis ainda saber se era verdade que o Presidente da Câmara se tinha comprometido a realizar as obras de substituição da cobertura e, em caso afirmativo, quando, uma vez que, para além dos malefícios diretos para a saúde, começava a pôr em risco a integridade física de alunos, professores e funcionários. Um outro assunto era a Taça do Mundo de Maratona em Canoagem, um evento à escala mundial, de superior interesse para o Concelho. Neste âmbito, o Edil da Vila de Prado quis que o Presidente da Câmara o esclarecesse sobre a natureza da intervenção que ia ter lugar na zona da praia fluvial do Faial, pois tinha ouvido dizer que apenas se ia executar uma operação de estética. Paulo Gomes recordou ao Presidente da Câmara que, ainda da primeira fase, faltava executar a demolição do campo de voleibol, cablagem de infraestruturas de telecomunicações e de energia elétrica, remoção do armário de madeira onde se encontravam o contador de água e o da luz, cabos e candeeiro para a iluminação do espaço intervencionado. Seguir-se-iam então a segunda e a terceira fases: um parque infantil, um circuito de fitness, uma plataforma de vigia para nadador-salvador, plataforma de contemplação do rio que entrava no próprio curso de água e a respetiva manutenção, já necessária, nomeadamente no deck de madeira, onde havia um buraco com quarenta e cinco centímetros por quinze e a uma altura de metro e meio, falta de papeleira e tubos e cabos amarrados às árvores. O Presidente da Junta da Vila de Prado perguntou ao Presidente da Câmara se era este o cartão de visita que queria para a praia fluvial do Faial e sustentou que refutava o argumento de que a autarquia a que presidia devia também zelar por aquele espaço, pois essa não era uma responsabilidade sua. Ademais, o placard que existia na Avenida do Cávado não correspondia à realidade. -----
----O Presidente da Câmara, em resposta às interpelações do Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado, começou por esclarecer que a Escola Básica de Prado era propriedade e titulada pelo Ministério da Educação e não pelo Município de Vila Verde, sendo que a Câmara Municipal, para ali poder realizar qualquer obra tinha que ter a expressa autorização do referido Ministério. A Edilidade vilaverdense não queria substituir o Ministério da Educação, mas tinha feito uma coisa que poucos municípios tinham realizado: dispensar fundos comunitários que eram do Município, para permitir a realização de obras na Escola Básica de Prado. A Câmara Municipal de Vila Verde podia sempre deixar cair esse processo e endereçar assim a responsabilidade para o Ministério da Educação, até porque tinha que responder pela componente nacional, o que equivalia a dizer que o Ministério da Educação ia, no mínimo, poupar quinze por cento nesta obra, dado que a mesma ia orçar em cerca de um milhão de euros, logo, oitocentos e cinquenta mil euros eram financiados por fundos comunitários e a entidade que realizasse a obra tinha que investir os restantes cento e cinquenta mil euros. Neste momento, a Edilidade podia delegar esta componente nacional no Ministério da Educação, porquanto o Governo era agora socialista, não ia fazer nada e o Edil podia então alegar que o PS não tinha realizado a obra, motivando que o Presidente da Junta solicitasse ao Presidente da Câmara que reivindicasse junto do Ministério da Educação a execução da obra. Não obstante, o Presidente da Câmara tinha antes metido a mão na massa no sentido de procurar resolver o problema, numa iniciativa que ia custar ao Município recursos que podiam antes ser investidos em obras que não naquela escola



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

que não era da competência da Câmara Municipal de Vila Verde. Este era o aspecto que o Edil da Vila de Prado devia, verdadeiramente, valorizar, pois a Câmara Municipal estava a sacrificar recursos próprios para concretizar o desígnio da requalificação de todos os estabelecimentos de ensino concelhios, colocando assim todos os alunos em pé de igualdade em matéria de acesso a condições de ensino-aprendizagem de excelência. O Presidente da Câmara mais esclareceu que a sua ida à Escola Básica de Prado se prendeu apenas com o propósito de elaborar um orçamento para a realização da obra em questão e nada teve haver com qualquer acidente, até porque essa não era competência nem responsabilidade sua. Tal não significava, contudo, que não estivesse preocupado com o estado em que se encontrava este edifício, assim como com o da Escola Básica de Vila Verde; pelo contrário, sempre alertara o Ministério da Educação para a necessidade de realizar obras nos dois estabelecimentos de ensino. Estava, de resto, a ser iniciado e negociado um processo no qual o Ministério da Educação ia ter que delegar no Município de Vila Verde a possibilidade de fazer obras naquelas escolas. Sobre a praia fluvial do Faial, o Presidente da Câmara perguntou ao Presidente da Junta da Vila de Prado quantos pregos ou quantos cêntimos a autarquia da Vila de Prado já havia gasto naquele espaço, porquanto o mesmo, em boa verdade, pertencia mais específica e diretamente à Vila de Prado. O Edil vilaverdense sustentou que a Junta de Freguesia devia envolver-se e investir mais naquele espaço da Vila de Prado e referiu que podia ainda perguntar qual a obra que a Junta de Freguesia já tinha feito no atual e no anterior mandatos, na certeza de que esta questão não era de resposta fácil. O Presidente da Câmara manifestou o propósito de envolver toda a gente neste processo de desenvolvimento de uma área urbanisticamente qualificada e que tivesse uma praia de excelência. Ao contrário da Junta de Freguesia da Vila de Prado, era nesta ótica que a Câmara Municipal de Vila Verde tinha vindo a trabalhar. Em certas alturas, a Junta de Freguesia da Vila de Prado, tal como o PS local, denunciara que a água do rio Cávado, naquela zona, estava imprópria, quando a mesma se encontrava própria para banhos, o que desmobilizou banhistas. Este processo não era exclusivamente da Câmara Municipal; era também da Junta de Freguesia, do Clube Náutico e de todos aqueles que utilizassem a praia. O Presidente da Câmara manifestou a sua estranheza em face da circunstância de a Junta de Freguesia da Vila de Prado jamais ter dado qualquer passo no sentido da valorização da praia fluvial do Faial, por contraste com outros presidentes de junta que se afirmavam como parceiros ativos e incontornáveis no processo de valorização dos rios e das praias, nomeadamente os edis da Loureira, Soutelo, Cabanelas, Oriz S. Miguel e Sabariz. Estes autarcas zelavam pelos seus espaços e promoviam ações para valorizar os rios e as respetivas praias fluviais. A Junta de Freguesia da Vila de Prado também não tinha dado qualquer passo para que a Taca do Mundo de Maratona em Canoagem se realizasse na Vila de Prado. O Presidente da Câmara e o Vereador do desporto foram à Suíça defender este projeto perante a Federação Internacional de Canoagem, pois haviam outros concorrentes. O Edil lamentou que o PS de Vila Verde não valorizasse este tipo de eventos de nível mundial, circunstância que era reveladora da pequenez do pensamento político do PS local. -----
----O Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado entendeu que tinha sido ofendida a sua honra e consideração e interveio para revelar que percebia a obstinação desmesurada do presidente da Câmara pela crítica à Vila de Prado e para dizer que o Edil vilaverdense não tinha gasto qualquer dinheiro em obras na Vila de Prado, pois as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

mesmas tinham sido totalmente financiadas por fundos comunitários. Mais asseverou que não admitia que o Presidente da Câmara dissesse que a Junta de Freguesia nada havia feito e que ia demonstrar aquilo que tinha realizado. Perguntou se o Presidente da Câmara dava algum dinheiro para a limpeza da praia fluvial do Faial. Lamentou a desconsideração que o Presidente da Câmara tinha para consigo e para com o Delegado de Saúde, pois este tinha sido o responsável pela interdição dos banhos na praia fluvial do Faial, sendo certo que se a Câmara fiscalizasse e atuasse nos focos de poluição, a situação podia ter sido evitada. As candidaturas no âmbito da canoagem tinham que ser feitas pelo Clube Náutico em parceria com a Câmara Municipal, conforme o Presidente da Câmara costumava dizer. -----

----O Presidente da Câmara voltou a intervir para sublinhar que as ações eram desenvolvidas, no seio das freguesias, com base num estreito espírito de colaboração com as juntas de freguesias, as instituições e as pessoas, sendo seu entendimento que esta era a única estratégia viável para se conseguir bons resultados. O dinheiro investido na Vila de Prado era do Município e de fundos comunitários. A intervenção na praia fluvial não tinha sido financiada por fundos comunitários; o arranjo urbanístico do campo da feira, na Vila de Prado, beneficiou de fundos comunitários, mas ia-se agora avançar para uma outra fase sem fundos comunitários; a requalificação da edifício onde estava a funcionar o espaço do cidadão/loja do município, GIP e futuro polo cultural também não tinha contado com fundos comunitários, tal como as vias de comunicação que estavam a ser executadas. Estava em curso a preparação da candidatura para a ciclo/ecovia, assim como outras candidaturas de valorização de espaços junto aos rios e para a segunda fase da intervenção na praia fluvial do Faial. Tratava-se de efetuar uma gestão de rigor e de defender e realizar o que era melhor para o Concelho e para as suas instituições. -----

-----No ponto 7.- período de intervenção aberto ao público -, não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

-----A minuta da ata da reunião de vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudesse, assim, produzir efeitos imediatos. -----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou presente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.--

-----Paços do Concelho de Vila Verde, em vinte e sete de junho de dois mil e dezasseis. -----

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário
